

2373320

03/1

ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A
SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MULTITERMINAIS
S.A.

ENTRE

MULTITERMINAIS S.A.,
na condição de Emissora;

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
na condição de Agente Fiduciário;

DATADA DE 30 DE ABRIL DE 2013



(2)



04/1

ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MULTITERMINAIS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas ("Partes"):

MULTITERMINAIS S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta na Comissão Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Nilo Peçanha, nº 11, grupo 404, CEP nº 20020-100, inscrita no CNPJ/MF nº 06.174.617/0001-00 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE nº 33.3.0029676-0, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada simplesmente "Emissora" ou "Companhia"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, representando os debenturistas adquirentes das Debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Agente Fiduciário");

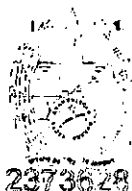
RESOLVEM celebrar a presente "Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie Com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Multiterminais S.A.", mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. **TERMOS DEFINIDOS**

De

VBSO - 49164v1

P



05/1

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles a seguir atribuído:

AGD ou Assembleia Geral de
Debenturistas

Assembleia geral de Debenturistas.

Ações e Quotas Adquiridas

Ações e quotas a serem adquiridas pela Emissora com os recursos da presente Emissão e posteriormente alienadas fiduciariamente em favor dos Debenturistas, que correspondem, em conjunto, a (i) 837.791 (oitocentas e trinta e sete mil, setecentas e noventa e uma) ações ordinárias e 837.791 (oitocentas e trinta e sete mil, setecentas e noventa e uma) ações preferenciais representativas, em conjunto, de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do capital social total da Multi-Rio Operações Portuárias S.A.; (ii) 37.635.998 (trinta e sete milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, novecentas e noventa e oito) quotas representativas de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do capital social total e votante da Multiterminais Alfandegados do Brasil Ltda.; (iii) 12.500 (doze mil e quinhentas) quotas representativas de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do capital total e votante da Sthallog Solução Logística Ltda, atualmente de titularidade de GBP PORT TERMINALS HOLDINGS LLC, sociedade constituída conforme as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, como uma limited liability company, com sede na Cidade de Wilmington, Estado de Delaware, Condado de New Castle, Estados Unidos da América, na 2711 Centerville Road, Suite 400, conforme contrato de alienação fiduciária a ser celebrado.

[Handwritten signatures]

VBSO - 49164v1

[Handwritten mark]



06/1

AGE	Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 30 de abril de 2013, que aprovou a presente Emissão.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38.
Amortização Extraordinária	É a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 6 desta Escritura.
ANBIMA	ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
Cetip21	Cetip21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
Contrato de Alienação Fiduciária	“Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações e Quotas Adquiridas e Outras Avenças” a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, referente à alienação fiduciária das Ações e Quotas Adquiridas.
Contrato de Colocação	“Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição

VBSO - 49164v1



07/1

Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie Com Garantia Real, em Série Única, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição da Totalidade das Debêntures, da 2ª emissão da Multiterminais S.A.", celebrado nesta data entre Emissora e o Coordenador Líder.

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Pagamento de Amortização

Datas em que a emissora pagará a amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme previsto no item 5.8.1 desta Escritura.

Data de Pagamento de Remuneração

Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.

Debêntures

Refere-se às debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, da 2ª (segunda) emissão da Emissora.

Debêntures em Circulação

Para efeito da constituição de todos os quoruns de instalação e/ou deliberação de AGD previstos nesta Escritura, todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores, direta ou indiretamente.

VBSO - 49164v1



08/1

incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau, e/ou coligadas da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau, serão consideradas debêntures em circulação.

Debenturistas

Os titulares das Debêntures.

Despesa Financeira Líquida

Significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.

Dia Útil

Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

Dívida Líquida

Significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia, em base consolidada.

EBITDA

Significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da

VBSO - 49164v1

0.

contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Efeito Material Adverso

Qualquer evento ou situação que cause (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira e/ou operacional), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais da Emissora e/ou de suas controladas; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Emissora de cumprir pontualmente qualquer de suas obrigações pecuniárias ou obrigações não pecuniárias relevantes, no todo ou em parte nos termos desta Escritura.

Emissão e Série

A 2ª (segunda) emissão, em série única, de debêntures da Emissora.

Encargos Moratórios

Encargos moratórios previstos no item 5.9.3 desta Escritura.

Escritura

A presente "Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Multiterminais S.A."

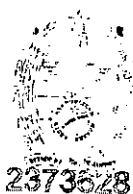
Eventos de Vencimento Antecipado

Eventos previstos na Cláusula 7 da Escritura.

Instrução CVM nº 28/83

Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.

VBSO - 49164v1



10/1

Instrução CVM nº 358/02

Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Instrução CVM nº 409/04

Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Investidores Qualificados

São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

IPCA

Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

JUCERJA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

VBSO - 49164v1

CE.



11/1

Lei nº 6.385/76	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei nº 6.404/76	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
MDA	Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive; quer seja a Data de Vencimento, data de vencimento antecipado, Data de Resgate Facultativo Total ou Amortização Extraordinária das Debêntures. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.
Remuneração	É a remuneração das Debêntures, pactuada no item 5.6 desta Escritura.
Resgate Antecipado	É o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, na forma prevista neste instrumento.
Sociedades	Correspondem, em conjunto, às seguintes sociedades: Multi-Rio Operações Portuárias S.A., Multiterminais Alfandegados do Brasil Ltda. e Sthallog Solução Logística Ltda.

VBSO - 49164v1

Taxa DI	Varição percentual acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, DI de um dia, <i>over</i> extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
Taxa Selic	É a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia para títulos federais. O Copom (Comitê de Política Monetária) decide a meta da Taxa Selic que deve vigorar no período entre suas reuniões.
Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, que equivale a R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.
Valor Nominal Unitário Atualizado	É o Valor Nominal Unitário após as amortizações.

2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela AGE, na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Emissão das Debêntures, bem como seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

2.2 Esta Escritura será objeto de aditamento para convolar a sua espécie quirografária em espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 4.1.9 abaixo

3. REQUISITOS

VBSO - 48164v1



B/n

3.1 A presente Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 *Registro na CVM e ANBIMA*

3.1.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385/76.

3.1.1.2 Além disso, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

3.1.2 *Arquivamento e Publicação dos Documentos Societários*

3.1.2.1 A ata da AGE que deliberou sobre a presente Emissão será devidamente arquivada na JUCERJA e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e (ii) no jornal "Diário Comercial", nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

3.1.3 *Inscrição e Registro da Escritura*

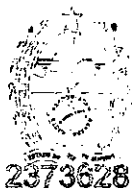
3.1.3.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, conforme o disposto no Artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76.

3.1.4 *Registro do Contrato de Alienação Fiduciária*

3.1.4.1 O Contrato de Alienação Fiduciária (bem como qualquer aditamento ao referido instrumento) será levado a registro pela Emissora no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, bem como averbado nos livros de registro de ações das Sociedades ou mencionado no respectivo Contrato Social, conforme o caso, em até 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão.

VBSO - 49164v1

2.



14/11

3.1.4.2 A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do registro do Contrato de Alienação Fiduciária a que se refere o item anterior, 1 (uma) via original do Contrato de Alienação Fiduciária (bem como de qualquer aditamento ao referido instrumento) comprovando referido registro, bem como cópia autenticada comprovando a averbação da garantia real nos respectivos livros de registro de ações ou registro no Contrato Social, devidamente arquivado do Registro do Comércio competente, conforme o caso.

3.1.5 *Registro para Colocação e Negociação*

3.1.5.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do MDA; e (ii) negociação secundária no CETIP 21, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.1.5.2 Não obstante o descrito no item 3.1.5.1 acima, conforme o disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, e respeitadas as demais disposições legais aplicáveis, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, considerando que a Emissora esteja cumprindo as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, sempre sendo observada a necessidade de prévia anuência da Emissora.

4. **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

4.1 **Objeto Social da Emissora**

4.1.1 A Emissora tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, nos termos do Artigo 2º de seu Estatuto Social.

4.2 **Número da Emissão**

4.2.1 A presente Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

VBSO - 49164v1



15/1

4.3 Valor Total da Emissão

4.3.1 O valor total da Emissão será de até R\$131.000.000,00 (cento e trinta e um milhões de reais), na Data de Emissão.

4.4 Número de Séries

4.4.1 A Emissão será realizada em série única.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas até 13.100 (treze mil e cem) Debêntures.

4.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

4.6.1 Atuarão como Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, respectivamente, o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, e a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64. O Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário poderão ser substituídos a qualquer tempo, a critério dos Debenturistas, após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas.

4.7 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com intermediação do Coordenador Líder, conforme os termos e condições do Contrato de Colocação a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora.

VBSO - 49164v1



16/1

4.7.2 O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09. O Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.7.3 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

4.7.4 A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº 476/09, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

4.7.5 A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

4.7.6 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.7.7 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09, tendo como público

VBSO - 49164v1



12/1

alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09.

4.7.8 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

4.7.9 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.8 Destinação dos Recursos

4.8.1 Os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados para aquisição das Ações e Quotas Adquiridas.

4.8.2 No prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis contados da Data de Emissão, a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário comprovante da aquisição e efetiva titularidade das Ações e Quotas Adquiridas.

4.9 Garantia Real

4.9.1 Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas nesta Escritura pela Emissora, a Emissora, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e das demais leis e regulamentos aplicáveis, se obriga a alienar fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, a totalidade das Ações e Quotas Adquiridas, no prazo referido no item 3.1.4.1 acima, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária ("Alienação Fiduciária").

4.10. Convolção da Espécie das Debêntures

4.10.1 As Debêntures passarão automaticamente a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, no momento em que a Alienação Fiduciária for implementada nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária.

VBSO - 49164v1



18/1

4.10.2 A Emissora e o Agente Fiduciário estão desde já autorizados e obrigados a celebrar aditamento a esta Escritura, nos termos do Anexo I à presente Escritura, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da implementação da Condição Suspensiva, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer outro ato societário da Emissora, exclusivamente para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real. A CETIP deverá ser informada imediatamente sobre a realização da referida convolação, com a finalidade de atualizar seu sistema.

5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1 Características Básicas das Debêntures

5.1.1 Valor Nominal Unitário

5.1.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

5.1.2 Data de Emissão

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 30 de abril de 2013.

5.1.3 Prazo e Data de Vencimento

5.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de abril de 2018, ressalvadas as hipóteses de Eventos de Vencimento Antecipado, Resgate Antecipado Facultativo Total, Aquisição Facultativa e Oferta de Aquisição previstas abaixo. Nestas hipóteses, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

VBSO - 49164v1



17/1

5.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

5.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

5.1.6 *Conversibilidade*

5.1.6.1 As Debêntures serão simples, não sendo, portanto, conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.7 *Espécie*

5.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirográfaria, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, a ser convolada na espécie com garantia real após o registro do Contrato de Alienação Fiduciária nos termos desta Escritura.

5.2. *Subscrição*

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e na Instrução CVM nº 476/09.

VBSO - 49164v1

e.



20/1

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização.

5.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, em uma única data.

5.4 **Direito de Preferência**

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

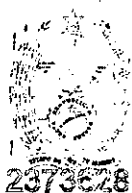
5.5 **Atualização do Valor Nominal**

5.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

5.6 **Remuneração**

5.6.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI acrescido de *spread* de 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

VBSO - 49164v1



21/1

5.6.2 A Remuneração será paga trimestralmente, em conjunto com a amortização programada das Debêntures, sendo realizado o primeiro pagamento da Remuneração em 30 de julho de 2013.

5.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao Valor Nominal Unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator Juros" corresponde ao fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{Fator Spread}, \text{ onde:}$$

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, acrescidas exponencialmente de um fator percentual, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo "k" um número inteiro;

VBSO - 49164v1



12/1

"n" corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

"TDI_k" corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI_k" corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DU}{252}} \right] \right\}$$

onde:

"spread" ou sobretaxa é igual a 1,5500;

"DU" é o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DU" um número inteiro.

5.6.3.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

VBSO - 49164v1

6



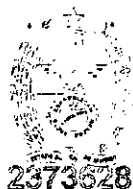
23/1

- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

5.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

5.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no primeiro Dia Útil subsequente ao prazo de 10 (dez) dias acima, e na forma estipulada nesta Escritura, AGD para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura as fórmulas do item 5.6.3 acima, e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

VBSO - 49164v1



24/1

5.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

5.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva na AGD realizada conforme o item 5.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da realização da AGD, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

5.8 Amortização Programada

5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 20 (vinte) parcelas trimestrais e consecutivas, de acordo com a tabela abaixo:

DATA DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO OBJETO DE AMORTIZAÇÃO
30 de julho de 2013	5,0000%
30 de outubro de 2013	5,0000%
30 de dezembro de 2013	5,0000%
30 de abril de 2014	5,0000%
30 de julho de 2014	5,0000%
30 de outubro de 2014	5,0000%

VBSO - 49164v1

R



25/1

30 de dezembro de 2014	5,0000%
30 de abril de 2015	5,0000%
30 de julho de 2015	5,0000%
30 de outubro de 2015	5,0000%
30 de dezembro de 2015	5,0000%
30 de abril de 2016	5,0000%
30 de julho de 2016	5,0000%
30 de outubro de 2016	5,0000%
30 de dezembro de 2016	5,0000%
30 de abril de 2017	5,0000%
30 de julho de 2017	5,0000%
30 de outubro de 2017	5,0000%
30 de dezembro de 2017	5,0000%
30 de abril de 2018	5,0000%

5.9 Condições de Pagamento

5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados no respectivo vencimento (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora; ou (b) na sede do Banco Liquidante, utilizando-se os procedimentos por ele adotados.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de

VBSO - 49164v1



26/1

responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

5.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

5.9.3 *Encargos Moratórios*

5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

5.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo

VBSO - 49164V1

CC



22/1

ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.10 Publicidade

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, na forma de "Aviso aos Debenturistas" e, quando exigido pela legislação, no jornal "Diário Comercial", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação no mesmo Dia Útil da sua realização.

6. RESGATE ANTECIPADO TOTAL, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1 Resgate Antecipado Total e Amortização Extraordinária Facultativa

6.1.1 As Debêntures poderão ser amortizadas extraordinariamente até o limite de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário, ou resgatadas, neste último caso de maneira total, a critério da Emissora, mediante envio de comunicado, na forma do item 6.1.5 abaixo.

6.1.2 O valor do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme aplicável, devido pela Emissora, será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário ou ao percentual do Valor Nominal Unitário objeto da Amortização Extraordinária, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a última Data de Pagamento de Remuneração até a data do efetivo pagamento; (ii) dos demais encargos eventualmente devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso; e (iii) de prêmio calculado sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do Resgate Antecipado ou o percentual do Valor Nominal Unitário atualizado, objeto da Amortização Extraordinária de acordo com a seguinte tabela:

VBSO - 49164v1

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



28/1

Data de solicitação do resgate ou amortização extraordinária	Percentual do Prêmio
1º ano de vigência das Debêntures	0,35%
2º ano de vigência das Debêntures	0,34%
3º ano de vigência das Debêntures	0,33%
4º ano de vigência das Debêntures	0,31%
5º ano de vigência das Debêntures	0,30%

6.1.3 A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, da realização do Resgate Antecipado ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.


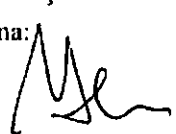

6.1.4 As Debêntures resgatadas antecipadamente serão canceladas pela Emissora.

6.1.5 O Resgate Antecipado ou a Amortização Extraordinária, conforme o caso, deverá ser realizado mediante comunicação pela Emissora individual a todos os Debenturistas com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, sendo que tal notificação deverá informar (i) a data do Resgate Antecipado ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, (ii) o valor do Resgate Antecipado ou o valor da Amortização Extraordinária, conforme o caso, (iii) o procedimento a ser adotado para a realização do Resgate Antecipado ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado ou da Amortização Extraordinária.

6.2 Oferta de Resgate Antecipado Total e Oferta de Amortização Extraordinária

6.2.1 A qualquer tempo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar uma oferta de resgate antecipado total ou uma oferta de amortização extraordinária parcial das Debêntures (neste último caso limitado a 98% do valor nominal ou saldo do valor nominal unitário) ("Oferta de Resgate ou Amortização"), endereçada aos Debenturistas, sem distinção entre eles. A Oferta de Resgate ou Amortização será operacionalizada da seguinte forma:

VBSO - 49164v1



29/1

- i) a Emissora comunicará os Debenturistas acerca da intenção de realizar uma Oferta de Resgate ou Amortização por meio da publicação de um edital no jornal indicado nesta Escritura ou comunicação individual a todos os Debenturistas, com as condições da Oferta de Resgate ou Amortização proposta pela Emissora, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da data definida para a realização do resgate antecipado ou da amortização extraordinária, solicitando aos Debenturistas que indiquem sua intenção de aderir à Oferta de Resgate ou Amortização;
- ii) o edital ou a comunicação acima referidos deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate ou Amortização das Debêntures, incluindo: (a) se se trata de uma oferta de resgate antecipado total ou de amortização extraordinária; (b) em caso de oferta de amortização extraordinária, o valor pretendido para a oferta de amortização de extraordinária; (c) o valor do prêmio a ser pago pela Emissora, incidente sobre o valor do saldo a amortizar do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do resgate antecipado ou da amortização extraordinária, se for o caso;; (d) a data efetiva para o resgate antecipado total ou amortização extraordinária das Debêntures e respectivo pagamento aos Debenturistas; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;
- iii) os Debenturistas deverão se manifestar mediante notificação por escrito junto à Emissora com no mínimo 4 (quatro) Dias Úteis de antecedência em relação à data definida para o resgate antecipado total ou da amortização extraordinária das Debêntures;
- iv) o valor a ser pago aos Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate ou Amortização será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário a resgatar ou ao percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (ou da última Data de Pagamento de Remuneração) até a data do resgate antecipado, na forma desta Escritura; e (ii) de prêmio de resgate a ser oferecido pela Emissora aos Debenturistas, se for o caso;

VBSO - 49184v1



30/1

- v) na data de liquidação da Oferta de Resgate ou Amortização, a Emissora irá proceder ao pagamento de todas as Debêntures objeto do resgate antecipado total ou das Debêntures objeto da amortização extraordinária, em uma única data; e
- vi) no caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado se dará mediante depósito a ser realizado pelo Banco Liquidante nas contas-correntes indicadas pelos Debenturistas ao Escriturador Mandatário. No caso das Debêntures que estejam custodiadas no CETIP21, o evento seguirá os procedimentos da CETIP, que deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis;

6.2.2 As Debêntures resgatadas antecipadamente serão canceladas pela Emissora.

6.3 Aquisição Facultativa

6.3.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

7. VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1 A Emissora obriga-se a, em até 5 (cinco) dias do conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens 7.2.1 e 7.3.1 abaixo, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento deste dever pela Emissora não

VBSO - 49164v1

(C)



31/1

impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura.

7.2 Vencimento Antecipado Automático

7.2.1 O Agente Fiduciário deverá, na ciência da ocorrência das hipóteses listadas abaixo, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, notificando o fato à Emissora, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado a partir de sua ciência ou, quando for o caso, do término dos prazos de cura específicos determinados nos itens abaixo, e exigirá da Emissora o imediato pagamento em até 1 (um) Dia Útil contado do recebimento da notificação acima referida pela Emissora do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura:

- i) falta de pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária devida aos titulares das Debêntures nas respectivas datas de vencimento, não sanado em 1 (um) Dia Útil do respectivo vencimento;
- ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, que (a) não seja devidamente sanada no prazo de cura específico; ou (b) em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do início do descumprimento;
- iii) liquidação, dissolução, extinção, pedido de autofalência ou de insolvência da Emissora ou de suas sociedades controladas, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei ou que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo entre credores;
- iv) requerimento de falência da Emissora ou de suas sociedades controladas não elidido devidamente ou contestado e garantido pela Emissora e/ou por terceiro no prazo legal;

VBSO - 49164v1



32/1

- v) requerimento de recuperação extrajudicial ou pedido de recuperação judicial da Emissora ou de suas sociedades controladas a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- vi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- vii) se a Emissora contrair qualquer espécie de dívida bancária, em qualquer valor, junto a qualquer instituição financeira, bem como afiançar, avalizar e/ou garantir (mediante garantia real ou fidejussória) qualquer operação bancária contraída por terceiros, integrantes ou não do seu grupo econômico, sem que haja prévia e expressa anuência dos Debenturistas, observado o quórum de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto aquelas (a) já existentes na presente data, ou (b) cuja celebração foi informada no âmbito da auditoria legal da Emissão;
- viii) declaração de vencimento antecipado de quaisquer operações financeiras (empréstimos locais ou internacionais, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratadas pela Emissora e/ou por suas controladas, no mercado local ou internacional;
- ix) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, inclusive por meio de incorporação de ações, de forma que seus atuais controladores deixem, por qualquer motivo, de exercer o seu controle societário efetivo, bem como se houver cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, que resulte em alteração de controle societário da Emissora pelos atuais controladores, sem a prévia e expressa autorização dos titulares de Debêntures, observado o quórum de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei nº 6.404/76;

VBSO - 49164v1



33/1

- x) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas no âmbito da presente Emissão, sem a prévia e expressa autorização dos titulares de Debêntures, observado o quórum de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto em caso de transferência ou cessão para empresas sob controle comum em relação à Emissora, e desde que a cessionária (a) seja uma sociedade de participações (*holding*) e (b) receba anualmente fluxo de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de sociedades controladas maior ou igual ao da Emissora;
- xi) pagamento, pela Emissora, de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei nº 6.404/76, desde que (a) a Emissora se encontre em mora em relação às obrigações pecuniárias oriundas das Debêntures; ou (b) esteja em descumprimento de qualquer dos Índices Financeiros, conforme apurados anualmente; ou
- xii) se a Emissora alienar, ceder, transferir, vender, alugar ou gravar com ônus de qualquer natureza as ações e/ou quotas que detenha de sua participação nas sociedades Multi Rio Operações Portuárias S/A e Multiterminais Alfandegados do Brasil Ltda, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, ressalvada a Alienação Fiduciária das Ações e Quotas Adquiridas celebrada para garantir a presente Emissão.

7.3 Vencimento Antecipado Não Automático

7.3.1 O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas e comunicar a Emissora, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o pagamento, em até 1 (um) Dia Útil, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura

VBSO - 49164v1



34
1

- i) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, de qualquer obrigação financeira da Emissora ou de suas sociedades controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, corrigido anualmente pela variação acumulada do IPCA;
- ii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou suas controladas cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, corrigido anualmente pela variação acumulada do IPCA, exceto se, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que: (a) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (b) a exigibilidade do protesto foi suspensa por sentença judicial;
- iii) não cumprimento de decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora ou suas controladas cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, corrigido anualmente pela variação acumulada do IPCA, exceto se tal decisão judicial tiver sua eficácia suspensa no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contado da intimação respectiva, e exclusivamente enquanto assim permanecer suspensa;
- iv) exceto pela garantia em juízo oferecida nos termos do subitem anterior, o arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora ou suas controladas cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, corrigido anualmente pela variação acumulada do IPCA, exceto se, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contado da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, sequestro ou a penhora foi contestado ou substituído por outra garantia;
- v) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial das propriedades ou das ações do

VBSO - 49164v1



35
/

capital social da Emissora ou de suas controladas, sem que a Emissora tenha apresentado defesa no prazo legal, e desde que não haja decisão suspendendo os efeitos da medida questionada;

- vi) atuação contra a Emissora ou suas sociedades controladas pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, corrigido anualmente pela variação acumulada do IPCA, sendo este valor considerado a cada período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura desta Escritura, e assim sucessivamente até o final de sua vigência, desde que haja decisão definitiva na esfera administrativa;
- vii) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades por ela praticadas atualmente, sem prévia anuência escrita dos Debenturistas, observado o quórum 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- viii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura ou em qualquer dos documentos da Emissão são falsas, incorretas ou enganosas;
- ix) redução de capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei nº 6.404/76;
- x) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades pela Emissora;
- xi) ocorrência de eventos que possam afetar comprovadamente e de maneira substancial a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora ou de suas sociedades controladas, que caracterizem Efeito Material Adverso;
- xii) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa daquela prevista nesta Escritura ou, se a garantia real objeto do Contrato de Alienação Fiduciária (a) for

VBSO - 49164V1



36/1

objeto de questionamento; (b) não for devidamente constituída e formalizada, no prazo de 90 dias contatos da Data de Emissão, na forma e condições conforme previstos nesta Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária; (c) for anulada, declarada nula ou inexecutável, ou, ainda, invalidada sob qualquer forma; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir;

xiii) em caso de descumprimento dos índices financeiros abaixo aduzidos, a serem observados pela Emissora desde a Data de Emissão e acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da documentação mencionada no item 8.1 "i" "a" abaixo ("Índice Financeiro"), apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora:

a) divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida igual ou superior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos); e

b) divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA menor ou igual a 3,0 (três).

xiv) descumprimento, pela Emissora, da obrigação prevista na Cláusula 8.1 (i) (a) desta Escritura, que não seja devidamente sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do início do descumprimento.

7.3.2 Nas hipóteses listadas no item 7.3.1 acima, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento, notificação a todos os Debenturistas informando o vencimento antecipado das Debêntures.

7.3.2.1 Caso as AGD mencionadas na cláusula 7.3.1 acima não seja instalada por falta de quórum, em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

7.3.3 Uma vez instalada a AGD prevista no item 7.3.1 anterior, será necessário o quórum especial de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das

VBSO - 49164v1



32/1

Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

7.3.4 Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação em até 1 (um) Dia Útil (a) à Emissora, com cópia para CETIP; e (b) ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

7.3.5 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 1 (um) Dia Útil, contado do envio da carta mencionada no item 7.3.4 acima, sob pena do disposto no item 7.3.6 abaixo. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

7.3.6 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, sem prejuízo da possibilidade do Agente Fiduciário, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, adotar, de boa fé, todas as medidas admitidas em direito visando a excussão da Garantia, respeitado o disposto no Contrato de Alienação Fiduciária.

8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia das demonstrações financeiras completas da Emissora relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes no

VBSO - 49164v1



38/1

caso das anuais; (2) relatório consolidado da memória de cálculo do Índice Financeiro devidamente auditado por auditores independentes contratados pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do mesmo, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (3) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;

- b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- c) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens 7.2.1 e 7.3.1 acima no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a sua ocorrência;
- d) notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, dentro de 30 (trinta) dias após sua realização, desde que tais documentos estejam relacionados de alguma forma à operação consubstanciada nesta Escritura;
- e) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358/02, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, possam afetar os interesses dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

VBSO - 49164v1



30/1

- ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- iii) fazer constar dos relatórios vinculados às demonstrações financeiras (notas explicativas), auditadas por empresa registrada na CVM, a manifestação quanto ao atendimento, ou não, dos Índices Financeiros estabelecidos em instrumentos de dívida, inclusive mercado de capitais, contratados pela Emissora;
- iv) comunicar, quando aplicável, ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente e de forma relevante sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures;
- v) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário, inclusive organograma societário da Emissora, conforme previsto na Instrução CVM nº 28/83, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias contados da solicitação pelo Agente Fiduciário. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- vi) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 10 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- viii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição a que a Emissora esteja sujeita;

VBSO - 49164v1



40/1

- ix) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de parte substancial das atividades da Emissora;
- x) não pagar dividendos, ressalvado o dividendo mínimo obrigatório, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- xi) manter seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme as práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- xiii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e do Banco Liquidante;
- xiv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
 - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de

VBSO - 49164v1



41/1

- computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- d) manter os documentos mencionados no subitem "c", acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
 - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- xv) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xvi) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis (de acordo com parâmetros de mercado) que sejam comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- xvii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, ressalvado o disposto no item 7.2.1 (x) acima;

[Handwritten signatures]

VBSO - 49164v1

[Handwritten mark]



42/1

- xviii) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;
- xix) comparecer às AGD, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- xx) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro; e
- xxi) notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

9. AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 Nomeação

9.1.1 A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2 Declarações

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei nº 6.404/76, e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

VBSO - 49164v1

2



43/1

- iii) aceitar integralmente a presente Escritura, bem como todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
- vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- vii) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- x) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- xi) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- xiii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;

VBSO - 49164V1

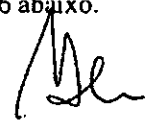
43/1

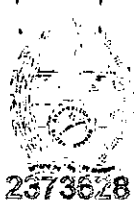
- xiv) verificará, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83, a regularidade da constituição da Garantia Real, bem como sua suficiência e exequibilidade;
- xv) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário identificou, conforme organograma encaminhado pela Emissora, que presta serviço de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 20 de setembro de 2017, em que foram emitidas 12.899 (doze mil e oitocentas e noventa e nove) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$128.990.000,00 (cento e vinte e oito milhões e novecentos e noventa mil reais). Até a presente data foi verificado evento de amortização, conforme previsto na escritura de emissão. Essa 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora conta com fiança prestada de acordo com a referida escritura de emissão.

9.3 Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.3.6 abaixo.

VBSO - 49164v1





45/1

9.3.2 Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.4 A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCERJA e levado a registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos na forma prevista neste instrumento.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

VBSO - 49164v1



46/1

9.4 Deveres

9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;

VBSO - 49164v1



42/11

- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, de cartórios de protesto, de Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- x) solicitar, quando considerar necessária, auditoria extraordinária na Emissora, desde que justificada pelo Agente Fiduciário referida solicitação;
- xi) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 5.10.1, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76 e desta Escritura;
- xii) comparecer às AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão, inverdade ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

VBSO - 49164v1

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

[Handwritten mark]



48/1

- e) resgate, amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 7 acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora; e
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das garantias prestadas; e
 - j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo Grupo Econômico da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/83.
- xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - c) na CVM; e

CC



47/1

- d) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xv) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 5.10.1, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;
- xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - a) à CVM; e
 - b) à CETIP;

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten mark



50/1

- xix) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 7 acima e informar no mesmo dia de sua ciência os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto;
- xx) disponibilizar diariamente o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pelo Agente Fiduciário em conjunto com a Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do seu *website*; e
- xxi) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

9.5 Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- ii) requerer a falência da Emissora, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

VBSO - 49164v1

9.5.2 Observado o disposto na Cláusula 7 (e seus itens) acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) do item 9.5.1 acima, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) do item 9.5.1 acima.

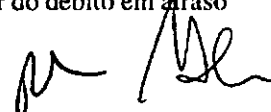
9.6 Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1 Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$5.000,00 (cinco mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.6.2 As parcelas citadas na cláusula 9.6.1 supra serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) ou, na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.3 As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.4 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso





52/1

sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.5 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

9.7 Despesas

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

VBSO - 49164v1

2



53/1

9.7.4 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens, alimentação, transportes e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

10. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1 Convocação

10.1.1 Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre a assembleia geral de acionistas.

10.1.2 A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

10.1.3 A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto no item 3.1.2 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.4 As AGD deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, não se realizando a assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Handwritten signatures: "ru" and "Al"

VBSO - 49164v1

Handwritten mark resembling a stylized 'e' or '2'.



54/1

10.2 Quórum de Instalação

10.2.1 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer quórum.

10.3 Mesa Diretora

10.3.1 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

10.4 Quórum de Deliberação

10.4.1 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de (i) prazos, (ii) quóruns qualificados, (iii) valor e forma de remuneração, (iv) resgate das Debêntures, (v) alterações desta cláusula 10, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:



SS/1

- i) é sociedade por ações devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm plenos poderes estatutários para representar a Emissora na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura;
- iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- v) a celebração desta Escritura, bem como o cumprimento das obrigações previstas nela, não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem acarreta (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos (incluindo a aprovação da AGE), é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCERJA, o registro das Debêntures na CETIP e o registro da Escritura em Cartório de Registro de Títulos e Documentos;
- vii) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com

VBSO - 49164v1



56
u

força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil;

- viii) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais, societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, ou está em processo de obtenção ou renovação de tais autorizações e licenças;
- ix) exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- x) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
- xi) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento e que assegure a capacidade de pagamento da Emissora;
- xii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário, mediante prévia solicitação, são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- xiii) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do

VBSO - 49164v1



57/11

exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial;

- xiv) mantém todos seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- xv) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- xvi) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções previstas nesta Escritura;
- xvii) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- xviii) exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde e segurança;
- xix) não tem conhecimento ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra si, que poderiam, individual ou conjuntamente, causar-lhe um Efeito Material Adverso;
- xx) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (a) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações

VBSO - 49164v1



58/1

gerais e específicas de sua administração; e (b) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;

- xxi) não omitiu do Coordenador Líder nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Material Adverso;
- xxii) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas ao Coordenador Líder até a presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- xxiii) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição;
- xxiv) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos; e
- xxv) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis;



59/1

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Comunicações

12.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) para a Emissora:

MULTITERMINAIS S.A.

Av. Nilo Peçanha, nº 11 - Grupo 404 - parte
20.020-100 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Ronaldo Heleno da Silva
Telefone: (21) 3095 6638
Fax: 21 2220 7415
E-mail: ronaldoinx@uol.com.br

ii) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca
22640-102 - Rio de Janeiro - RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) /
Telefone: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

iii) para o Banco Liquidante e Agente Escriturador:

Para o Banco Liquidante:

VBSO - 49164v1



60/1

Itaú Unibanco S.A.

At: Sra. Claudia Vasconcellos
Rua Ururai, nº 11, Bloco B, Andar Térreo
03084-010 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para o Agente Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

At: Sra. Claudia Vasconcellos
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
04538-132 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

iv) para a CETIP:

CETIP S.A. - Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
At: Gerência de Valores Mobiliários
CEP 01452 - 002 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio

VBSO - 49164v1



61/1

eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

12.2 Renúncia

12.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3 Despesas

12.3.1 A Emissora arcará com todos os custos relativos à Emissão e à distribuição, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

12.4 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do Artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

VBSO - 49164v1

12.5 Disposições Finais

12.5.1 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob a obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

12.5.2 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

12.5.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

12.5.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/83, conforme alterada e dos

VBSO - 49164v1

artigos aplicáveis da Lei nº 6.404/76, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável ou da presente Escritura.

12.5.5 Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.5.6 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.5.7 Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil.

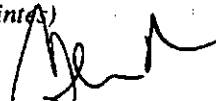
12.6 Foro

12.6.1 Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando, assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2013

(Assinaturas nas páginas seguintes)





64/1

(Página 1/3 de assinaturas da Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Multiterminais S.A., celebrada em 30 de abril de 2013 entre Multiterminais S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

MULTITERMINAIS S.A.
(EMISSIONORA)

Nome: RICHARD KLIEN
Cargo: DIRETOR

Nome: ANDREAS KLIEN
Cargo: DIRETOR

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: MULTITERMINAIS S A
Nire: 33.3.0029676-0
Protocolo: 00-2013/134512-5
CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
ED33000408-1/000
DATA: 06/05/2013
Valéria G.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

VBSO - 49164v1

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: MULTITERMINAIS S A
Nire: 33.3.0029676-0
Protocolo: 00-2013/134512-5 - 02/05/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/05/2013 E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.
ED33000408-1/000
DATA: 06/05/2013
Valéria G.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL


62





65/21

(Página 2/3 de assinaturas da Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Multiterminais S.A., celebrada em 30 de abril de 2013 entre Multiterminais S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
(AGENTE FIDUCIÁRIO)


Nome: RAFAEL M. COELHO
Cargo: PROCURADOR



66/4

(Página 3/3 de assinaturas da Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Multiterminais S.A., celebrada em 30 de abril de 2013 entre Multiterminais S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)

TESTEMUNHAS:

Cristina de Jesus Lima

Nome:

RG: 281080069

CPF: 96448750525

Andréia Mendes de Souza

Nome:

RG:

CPF:

Andréia Mendes de Souza

RG: 08.179.174-1 IFP

CPF: 033.127.177-01

Ben

Q.



67
/1

ANEXO I

MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA

“PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA MULTITERMINAIS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas (“Partes”):

MULTITERMINAIS S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta na Comissão Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Nilo Peçanha, nº 11, grupo 404, CEP nº 20020-100, inscrita no CNPJ/MF nº 06.174.617/0001-00 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o NIRE nº 33.3.0029676-0, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora” ou “Companhia”); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514 – Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), para representar a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente “Agente Fiduciário”

CONSIDERANDO QUE:

- (i) as Partes celebraram, em 30 de abril de 2013, a “Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Multiterminais S.A.” (“Escritura”);

VBSO - 49164v1



68/1

- (ii) a Emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2013, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCERJA em [●] de [●] de 2013, sob o nº [●], e publicada, em [●] de [●] de 2013, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Comercial"; e
- (iii) a Alienação Fiduciária mencionada na Cláusula 4.9.1 da Escritura foi implementada de acordo com o Contrato de Alienação Fiduciária e, considerando a disposição da Cláusula 4.10.2 da Escritura, as Partes decidiram celebrar o presente aditamento para alterar determinados termos e condições da Escritura, nos termos aqui dispostos.

RESOLVEM as Partes aditar a Escritura, por meio do presente "Primeiro Aditamento à Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Multiterminais S.A." ("Primeiro Aditamento"), nos termos e condições abaixo.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1. O presente Primeiro Aditamento é celebrado com base nas Cláusulas 2.2 e 4.10.1 da Escritura, não sendo necessária a realização de assembleia geral de debenturistas e/ou de assembleia geral extraordinária da Emissora para sua realização.

2. ARQUIVAMENTO DO ADITAMENTO

- 2.1. Este Aditamento será arquivado na JUCERJA, nos termos do artigo 62, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

3. ALTERAÇÕES

- 3.1. As Partes resolvem excluir a Cláusula 2.2 da Escritura.

VBSO - 49164v1

66



69/1

3.2 As Partes resolvem alterar a Cláusula 5.1.7.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"5.1.7.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, conforme o Contrato de Alienação Fiduciária e esta Escritura."

3.3 As Partes resolvem alterar a Cláusula 4.9 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.9 Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas nesta Escritura pela Emissora, a Emissora, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e das demais leis e regulamentos aplicáveis, e nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, aliena fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, a totalidade das Ações e Quotas Adquiridas."

3.4 Ainda, por meio deste Aditamento, as Partes resolvem excluir a Cláusula 4.10 da Escritura.

3.5 As Partes resolver alterar o item (xii) da Cláusula 7.3.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"(xii) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa daquela prevista nesta Escritura ou, se a garantia real objeto do Contrato de Alienação Fiduciária (a) for objeto de questionamento; (b) for anulada, declarada nula ou inexecutível, ou, ainda, invalidada sob qualquer forma; ou (c) de qualquer forma, deixar de existir;"

3.6 Por fim, as Partes concordam com a substituição da nomenclatura "da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real" por "da espécie com garantia real" no corpo da Escritura, conforme aplicável.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Todos os termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Primeiro Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

VBSO - 49164v1

52



70/1

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Primeiro Aditamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, [DATA]"

GC